
GRITO E ECO DA EDUCAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

CÉLIO DOS SANTOS VIEIRA

*Economista – Universidade São Judas; Mestrando em Educação na UNINOVE;
Especialista em Contabilidade e Auditoria, Engenharia Econômica,
Administração de Empresas e em Administração Universitária; Professor de
Gestão de Negócios e orientador de trabalhos monográficos no Departamento de
Ciências Gerencias da UNINOVE*

Resumo

Considerando as várias correntes de pensamento que dissertam a respeito do fenômeno da globalização e o caráter excludente que a distingue, este texto tem como objetivo mostrar as complexas relações entre o indivíduo e o mundo globalizado e apontar para algumas perspectivas de ação local.

Palavras-chave: *globalização; exclusão social; local.*

Abstract

Taking into account the several trends of thought that discuss the globalization phenomenon and the excluding character which characterizes this process, the following text aims to focus on the complex kinds of relationship between the individual and the globalized world, outlining some perspectives of local action.

Key words: *globalization; social exclusion; local.*

Introdução

No que se refere à dimensão planetária que vem caracterizando a vida social, faltam elementos consistentes que promovam uma melhor compreensão dos graves problemas globais impostos pela nova ordem social, política e econômica de nosso mundo. Embora hoje não se apresente isento de problemas de toda ordem, o fenômeno denominado globalização pode vir a constituir um progresso na história humana, se as discussões e debates em torno dele se orientarem para essa perspectiva.

O problema da compreensão acerca do conceito globalização torna-se crucial para nós e a tarefa de conceituação deve ser assumida como uma das finalidades de uma educação do futuro, voltada para o desenvolvimento das capacidades que permitam às novas gerações construir, a partir de suas experiências, convicções, atitudes e valores que as levem a adotar uma postura crítica perante as situações sociais e a intervir nelas criativa e solidariamente. Trata-se, definitivamente, de preparar o amanhã para se ter um mundo mais fraterno, justo e humano. (SEQUEIROS, 2000)

Consideramos que a globalização é fundamentada na racionalidade típica do mercado e, em virtude disso, impõe aos países e aos povos, sobretudo os do Hemisfério Sul, uma lógica de desenvolvimento exógena e um modelo subordinado de inserção na economia global, gerando profundas crises individuais e sociais. Esse quadro constitui um obstáculo ao exercício pleno da cidadania, seja no plano local, nacional ou internacional, e pode ser posto nos seguintes termos:

Em decorrência dessa lógica de mercado que resulta, por um lado, em acumulação excessiva de riqueza e de bem-estar e, por outro, em carência de bens básicos para que garantam uma existência digna, instituem-se

violências de todos os tipos. Embora apresentado como redenção a todos os males, o desenvolvimento econômico é cercado de uma ambigüidade intrínseca: ao mesmo tempo em que é solução produz fenômenos nocivos, tais como: tráfico de drogas e de armas, a produção da morte, a corrupção e o custo duplo da destruição e da subsequente reconstrução ambiental. Tudo isso gera “produto ou renda nacional” e, portanto, é considerado bom na ótica do sistema de valores de mercado. (ARRUDA, 2000: 147)

As complexas relações estabelecidas entre os indivíduos e esse mundo globalizado podem levar-nos a questionar se a globalização constitui fator de elevação da qualidade de vida dos seres humanos e de sua integração mais harmônica à natureza. Na tentativa de buscar algumas respostas, recorreremos a várias correntes de pensamento que dissertam sobre o tema. O objetivo principal dessa busca é o de apontar um projeto alternativo e viável de sociedade, tendo em vista os valores da solidariedade e da justiça.

Os passos e contra-passos da globalização

Na acepção de Wanderley (2000:63), a globalização é um conceito ao mesmo tempo complexo, ambíguo e ideológico. Em geral, ela é compreendida como um processo crescente de mudanças que mundializa os mercados, as finanças, a informação, a comunicação e os valores culturais, criando um sistema de vasos comunicantes entre países e continentes. O conceito apresenta um conteúdo com duas dimensões interligadas: uma de um novo mito, de caráter ideológico, e outra de uma tendência historicamente objetiva, ambas produzindo efeitos pertinentes. Pelo lado da mistificação ideologizadora, as idéias de eliminação de

todas as fronteiras, de interdependência e oportunidades em condições de igualdade, de uma nova ordem mundial, constituem um discurso envolvente e sedutor, e os governos passam a adotá-lo como referente central em seus diagnósticos e estratégias de ação. A globalização, sob essa perspectiva, apresenta-se como uma força sobrenatural, capaz de realizar as mais extraordinárias inovações, mudanças fantásticas até mesmo de paradigmas, apontando para soluções dos mais diversos problemas da humanidade.

Outros defensores do fenômeno agregam ao conceito de globalização uma tendência histórica objetivamente ligada à questão da passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível, a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, a derrocada do chamado socialismo real, a hegemonia militar norte-americana, a aceitação do neoliberalismo como pensamento único, o impacto das teses dos pós-modernos e a crise dos paradigmas ocidentais como novas dimensões da exclusão social.

Outros grupos de intelectuais, menos extremados em seus pensamentos e posicionamentos, apontam que o processo de globalização (mundialização)¹:

é um dado da realidade mas que não pode ser demonizado e nem ser aceito naturalmente nos termos postos. Se há uma celebração do mercado totalizador, o processo comporta a existência de fraturas e contradições, tais como áreas não totalmente atingidas (o próprio fluxo de capitais e de investimentos se concentra nos Estados Unidos, Europa e parte da Ásia), inconsistência de objetivos (os modelos de desenvolvimento dos países centrais e periféricos não estão

trazendo modificações substantivas no ranking dos mesmos), diminuição da soberania dos Estados-Nações, mas concomitantemente revigoramento de seu poder em certas funções (com o risco da concentração de poder desproporcional nos executivos). Sem ignorar, de resto, a irrupção de movimentos de resistência, de forças anti-sistêmicas ainda que limitadas, de um pensamento crítico que permanece ativo. No conjunto dos aspectos contra-ditórios, vale lembrar que se por este processo se busca impor em todas as regiões da Terra um único modelo de desenvolvimento baseado no capital e no mercado, cria-se uma base material para que os trabalhadores de todo o mundo possam unir-se; “aumentam o potencial de libertação do trabalho humano em relação ao emprego assalariado e de valorização dele enquanto práxis comunicativa e criativa...”. (ARRUDA, 1995, *apud* WANDERLEY, 2000:67-68)

A globalização, no seu caráter competitivo, expressa-se na abolição de todo projeto de desenvolvimento que não esteja centrado no mercado e no capital, o que faz crescer o setor privado à custa da sociedade e do Estado. Guiddens (2000:40-41) salienta que:

A globalização econômica, portanto, é uma realidade, e não se trata apenas de uma continuação de tendências de anos anteriores ou de uma reversão a elas (...) no entanto, a idéia da globalização não é bem entendida aplicada somente a conexões literalmente de âmbito mundial e se tratada como unicamente, ou mesmo

1. Expressão usada por Luís Eduardo W. Wanderley (2000)

basicamente econômica. Embora uma parte considerável do comércio permaneça regionalizada, há uma “economia plenamente global” no nível dos mercados financeiros (...) assim sendo, a globalização não diz respeito em absoluto apenas, ou basicamente, à interdependência econômica, mas à transformação do tempo e do espaço em nossas vidas.

Pensadas essas conexões, infere-se que tudo está ligado a tudo: a globalização significa os processos em cujo andamento os Estados nacionais vêem sua soberania, identidade, redes de comunicação, chances de poder e orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais (BECK, 1999:30). Nesse sentido, a globalização da economia é o processo pelo qual se expande o mercado e, nesse movimento de expansão, por vezes, as fronteiras nacionais parecem mesmo desaparecer. Trata-se da continuação do processo de internacionalização do capital, que se iniciou com a extensão do comércio de mercadorias e serviços, passou pela expansão dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, generalizou o deslocamento do capital industrial, por meio do desenvolvimento das multinacionais, para, mais recentemente, viver-se profundamente o desenfreio expansionismo do capital, em especial, o financeiro.

Considerada essa concepção dominante, a globalização constitui visão de linearidade, tamanha a certeza de que reveste suas afirmações. É como se elas fossem irrecusáveis, porque a própria realidade seria inevitável: é via única, pensamento único e, por conta disso, só resta a ela adaptar-se. Aqueles que não o fizerem estarão inevitavelmente fadados à falência, fora da aldeia global, portanto ignorados pelo crescimento econômico que a globalização, e somente ela, pode propiciar,

sucumbindo então à também inevitável pobreza absoluta. Assim, a globalização é apresentada como a possibilidade de um alto grau de desenvolvimento dos países que se inserirem no processo, e de pobreza absoluta, àqueles que não estiverem preparados para dela participar.

Façamos uma breve visita ao processo de globalização do capital e de complexificação da teia de relações sociais em nível regional e mundial. Começamos pelas configurações socioeconômicas mais evidentes. Entre 1965-1990 a riqueza global cresceu dez vezes, enquanto a população mundial apenas dobrou. Neste período, a parte da renda global apropriada pelos países ricos aumentou de 68% para 72%, enquanto sua população diminuiu de 30% para apenas 23% da população global (dados do Relatório do Banco Mundial, Seção XXI, *In* TOMMASI, 2000). Segundo o PNUD, em 1992, 1,3 bilhões de pessoas viviam na pobreza absoluta e a renda dos 20% mais ricos havia crescido de 70,2%, em 1960, para 82,7%, em 1989, e para 84,7%, em 1991. O hiato entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres nos últimos trinta anos aumentou de 30 para 40 vezes. Usando o parâmetro do PNUD para estimar a renda anual *per capita*, temos que, em 1992, 80% da população mundial sobrevivia com apenas 15,3% do produto mundial. A conclusão é que o mundo da modernização liderada pela globalização do capital tem pelo menos 4,36 bilhões de pessoas pobres ou miseráveis. Logo, na leitura dos atores-protagonistas, os detentores do capital, a globalização é indiscutivelmente positiva, favorável, no entanto, sob a leitura dos coadjuvantes que representam a grande maioria da população mundial ela é desastrosa.

Portanto, essa nova conjuntura e, conseqüentemente, os novos desafios que nos são postos exigem de todos uma profunda reflexão sobre esse novo tempo, sem os dogmas que estreitam a visão, com a mente aberta e

redobrado esforço para decifrar a nova ordem, posto que a sociedade global modifica as condições de vida, trabalho e modos de ser, agir e pensar, alterando as condições e as possibilidades de emancipação do indivíduo, dos grupos e da sociedade, fomentando movimentos direcionados a uma espécie de sociedade civil mundial. (IANNI, 1993: 52)

É necessário enfatizar que a globalização é um dado da realidade, ou seja, existe um processo novo de configuração do capitalismo contemporâneo, que se expressa na reestruturação produtiva e na especulação financeira de caráter global, cuja dinâmica tem como síntese ideológica o neoliberalismo. Representa um fenômeno contemporâneo, fruto do capitalismo organizado e transnacionalizado.

A globalização se funda na ideologia do pensamento único, a qual decretou que apenas uma política econômica é possível de agora em diante e que somente os critérios do neoliberalismo e do mercado (competitividade, produtividade, livre-troca, rentabilidade etc.) permitem a uma sociedade sobreviver num planeta que se tornou uma selva concorrencial. Assim, o fator econômico é o determinante, não importando outros tantos aspectos que por ela sejam violentamente atingidos, principalmente o impacto provocado em nós, seres humanos, na construção de nossas vidas, em nossos sentimentos, emoções, formas de perceber e pensar, compreender e expressar e em nossas relações com a natureza.

Globalização: 'igualização' das desigualdades e exclusão social

A questão da igualdade merece ser pensada levando em conta a questão das desigualdades, pelo simples fato de que a sociedade é inevitavelmente desigual. Neste sentido, falar em igualdade, sem considerar as diversas facetas que envolvem a sociedade num mundo

totalmente desigual é, no mínimo, contribuir para reforçar as desigualdades. “A igualdade e liberdade individual podem entrar em conflitos e de nada adianta fingir que igualdade, pluralismo e dinamismo econômico são sempre compatíveis” (GIDDENS, 1999:110). Não há nada mais desigual do que tratar igualmente os desiguais: “A exclusão social torna-se apatização quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como ‘não-semelhante’, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano”. (NASCIMENTO, 1995, *apud* WANDERLEY, 2000:129)

Diante dessa perspectiva, a globalização tende a contribuir para a aceleração das desigualdades, considerando que globalizar é, entre outras tantas coisas, ampliar inclusive a distância entre favorecidos e desfavorecidos. Como destaca Giddens (1999:110): “A igualdade deve contribuir para a diversidade, ao contrário de bloquear o caminho”. Acrescenta ainda:

A nova política define a igualdade como *inclusão* e a desigualdade como *exclusão*. (...) Inclusão refere-se, em seu sentido mais amplo, à cidadania, direitos e obrigações civis e políticos que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como uma realidade de suas vidas. Refere-se também a oportunidades e a envolvimento no espaço público. Numa sociedade em que o trabalho permanece essencial para a auto-estima e o padrão de vida, o acesso ao trabalho e um contexto principal de oportunidade. A educação é outro, e o seria ainda que não fosse tão importante para as possibilidades de emprego (...) Duas formas de exclusão estão se acentuando nas sociedades contemporâneas. Uma é a exclusão

que vem de baixo, excluídos do fluxo principal de oportunidades que a sociedade tem a oferecer. No topo há a exclusão voluntária, a “revolta das elites”. (*op.cit.*:112)

Isso posto, verifica-se que inclusão e exclusão são conceitos importantes para a análise da desigualdade e para a reação a ela, em razão das mudanças que afetam a estrutura de classes dos países, principalmente no atual estágio do mundo globalizado, em que, pelos motivos arrolados, os países ricos ficam cada vez mais ricos, e os países pobres cada vez mais pobres. Nos termos de Kliksberg (2000: 30-32):

O fato é que cada vez mais aumenta a desigualdade entre os povos, nações e pessoas no mundo inteiro. E essa desigualdade não acontece somente no plano da renda. Embora a desigualdade na renda recebida pelos diversos setores da população estabelece elementos muitos significativos. O quadro completo das desigualdades vai muito além dessa dimensão. Parece haver outras de peso ainda maior, e é imprescindível tratar de explorar as inter-relações entre todas elas, que vão criando circuitos de exclusão social. Entre outras desigualdades que se pode anunciar, citamos as desigualdades: falta de acesso a ativos produtivos, créditos, educação de boa qualidade e, por conseguinte, rendas adequadas. É fundamental compreender o funcionamento dessas desigualdades, para se compreender suas interações e a dinâmica de conjunto. A ação conjunta dessas desigualdades está nas origens de um dos sinais mais problemáticos com que a humanidade chega ao final do século XX, é o denominado problema da exclusão social.

Para não parecer linear nosso pensamento, importante destacar que esta globalização carrega consigo não apenas riscos e aflições, mas também oportunidades para parte da humanidade. No entanto, muito pouco se tem revertido em benefício dos povos mais necessitados, que gritam por socorro e por uma política mais justa, e lutam incessantemente pela manutenção de suas vidas que se encontram numa situação extremamente precária. A dinâmica para a construção de um mundo unificado sempre se faz acompanhar de conflitos, voltados à conquista de benefícios apenas para alguns; a existência de um sistema hierarquizado de relações é arquitetado para eternizar a dominação. Como conseqüência, a liberdade e a cooperação são bloqueadas, cedendo espaço à dominação e à competição extremada, desigual e desumana.

Este cenário nos permite entender que a globalização, com sua ideologia neoliberal, tem acentuado violentamente as escalas de desigualdade, que não pode ser retida pelo mercado; ao contrário, o mercado ou os mercados são criadores naturais de desigualdade (NASCIMENTO, *apud* WANDERLEY, 2000). O que se nota é uma globalização alicerçada na lógica do mercado que, com o poder político, está muito mais preocupado em produzir e vender do que em impulsionar mecanismos ou processos que viabilizem o verdadeiro desenvolvimento dos seres humanos.

Globalização, ética e relações humanas

Segundo Arruda e Boff (2000), não existem relações humanas que não sejam permeadas por algum tipo de ética, entendida como conjunto de valores e critérios que servem para dar a toda ação uma conotação de boa ou má. Por mais pragmáticas que sejam as escolhas dos estadistas, dos empresários transnacionais ou de qualquer outro ator do cenário global, elas

são sempre fundadas em valores e critérios éticos. O problema, portanto, não é falta de ética nas relações internacionais ou mesmo nos locais que repercutem uma ordem global marcada pela desigualdade e pela injustiça, mas uma ética centrada em falsos valores, apegados apenas aos interesses ligados à riqueza, ao prestígio e ao poder, ou restrita às vicissitudes da História contemporânea. Uma ética cega, portanto, com relação à realidade mais profunda e abrangente de um ser humano que é, ao mesmo tempo, indivíduo e sociedade, ponto culminante da onda evolutiva da natureza e ser sempre em construção, cuja estrutura e dinâmica física, cultural e psíquica continuam evoluindo num tempo unitário e irreversível. É fundamental identificar o sentido dessa evolução, pois é ele que vai fornecer-nos as coordenadas para uma ética fundada no real, em contraposição ao virtual ou ao real aparente.

No plano ético, as decisões dos governos dos países industrializados e dos grupos econômicos aí originados têm sido guiadas pela busca de lucro, de oportunidades de acumulação de capital, de controle de mercados e de áreas de influência geopolítica. A nacionalidade do capital o leva para onde ele vê mais oportunidades de reproduzir-se e acumular, e não para onde residem as necessidades humanas mais agudas. A consequência tem sido o aprofundamento das desigualdades entre os países ricos e pobres e entre setores ricos e pobres no interior de cada país, tanto no Hemisfério Sul como no Norte. Segundo Arruda e Boff (2000: 43 e 45):

No atual mundo unipolar do mercado, a globalização centrada na ética do mercado total é a globalização competitiva, a globalização das desigualdades, a globalização da segurança e do fausto para poucos, da ilusão de um presente eternamente feliz para aqueles que podem “consumir”, e

da opressão, subordinação ou exclusão para a maioria. (...) Desejamos sim um desenvolvimento, mas que tenha bases na ética do desenvolvimento centrado no ser humano. De um lado, é preciso estabelecer relações entre as atividades econômicas ao ser humano concreto e à terra concreta, portanto, as questões de sobrevivência e da vida humana colocadas pela história presente e futura (ética da co-responsabilidade e da temporalidade); de outro, libertar o trabalho da cadeia salarial a fim de que este modo de relação vital para o desenvolvimento do ser humano cumpra plenamente a sua função relacional (ética da co-responsabilidade, da cooperação e da solidariedade).

No que se refere à questão das relações, acreditamos que o ser humano é, por natureza, relação consigo próprio, com a natureza, com a humanidade enquanto sociedade e espécie, e com cada outro:

Seja por uma sobrevivência cultural do período distante, em que a humanidade inteira vivia em bandos, seja por tendência inata, o indivíduo médio, em todas as sociedades, sente necessidade de pertencer a alguma unidade social coesa, maior que a família. Achar-se-á infeliz e desconfiado de si mesmo, se não sentir que alguns outros indivíduos são seus amigos e compartilham suas idéias e hábitos particulares. (LINTON, 2000: 213)

Da ótica global para a local

Sendo a globalização uma realidade, para compreendê-la é necessário partir de sua lógica que, segundo Beck (1999), são várias, que

concorrem entre si. A autora vai buscar em Roland Robertson a idéia de que a globalização traz intrínseca uma localização, ou seja, ela não é unilateral, automática e unidimensional; trata-se muito mais de uma nova consideração do elemento local. Portanto, “a globalização não significa apenas des-localização, mas também re-localização (...) Não é possível produzir ‘globalmente’ no sentido concreto da palavra”. (BECK, 1999: 90)

Dowbor (1995: 47) salienta que:

A globalização não é geral. Se olharmos o nosso cotidiano, desde a casa onde moramos, a escola dos nossos filhos, o médico para a família, o local de trabalho, etc. Trata-se de atividades de espaço local, e não global. É preciso, nesse sentido, distinguir entre os produtos globais que indiscutivelmente hoje existem, como o automóvel o computador e vários outros, e os outros níveis de atividades econômica e social. Isto nos evitará batalhas inúteis (...) Daí a necessidade de substituímos a visão de que “tudo se globalizou” por uma melhor compreensão de como os diversos espaços do nosso desenvolvimento se articulam, cada nível apresentando os seus problemas e as suas oportunidades, e a totalidade representando um sistema mais complexo.

Apesar de a globalização predominar nas pautas contemporâneas, fala-se muito hoje em dia, e cada vez mais, em desenvolvimento local. Segundo Franco (1999), esta questão fundamenta-se basicamente em dois pontos de vista que podem ser classificados em dois grandes campos: o campo dos que não interrogam o padrão de desenvolvimento atual e o dos que o questionam. No primeiro, situa-se o ponto de vista predominantemente

econômico da inserção competitiva. Trata-se, fundamentalmente, para a visão do desenvolvimento local, de ter uma estratégia que posicione, com vantagens, espaços socioterritoriais delimitados diante do mercado globalizado, pois, antes de qualquer coisa, o fato de haver um sistema econômico globalizado não dispensa a necessidade de os empreendimentos produtivos situarem-se em localidades determinadas. Esta visão, que enfatiza ao máximo o papel do fator econômico nos processos de desenvolvimento, situa-se na extremidade do campo daqueles pontos de vista que não questionam o padrão de desenvolvimento atual nem consideram que a manutenção dos padrões atuais de produção e consumo poderá inviabilizar a vida das gerações futuras, além de não levarem em conta o fato de que o crescimento econômico por si só não implica necessariamente desenvolvimento. O que ocorre é um aumento simultâneo do número de ricos e pobres, com manutenção ou até ampliação do fosso entre eles. Nesta situação, a concentração de renda permanecerá, enquanto efetivamente a riqueza, o conhecimento e o poder não forem democratizados.

No segundo campo, o dos que questionam esse padrão, enfatiza-se a necessidade de repensar o padrão de desenvolvimento atual tendo por base o local. É possível acreditar que, por causa dessa nova visão, surgiu o conceito geral de sustentabilidade, desde o *Relatório do Clube de Roma* até a *Declaração do Rio de Janeiro* (Eco-92), em que novos componentes foram introduzidos nas reflexões sobre o desenvolvimento. Nestas duas décadas, desenvolveram-se inúmeras experiências comunitárias alternativas e de reflexões e práticas pontuais sobre um outro tipo de desenvolvimento, ambientalmente seguro e eco-socialmente equilibrado, capaz de criar condições para a sustentabilidade da própria sociedade humana nos marcos de um novo

contrato social e de um novo ‘contrato natural’.

Uma outra vertente, na visão dos que acreditam em um novo padrão de desenvolvimento, foi gestada: surge com as organizações da sociedade civil que passaram a trabalhar com a idéia de cidadania num sentido amplo, no enfrentamento do fenômeno da exclusão social. A partir de então, tem-se a convicção de que é preciso fazer incidir a ação cidadã nas coletividades onde vivem os excluídos, estabelecendo espaços ético-políticos alternativos de desenvolvimento local, compatíveis com a escala humana das pessoas, isto é, capazes de possibilitar a efetivação daqueles laços de solidariedade que podem conferir sentido a suas vidas.

Mais recentemente, vários teóricos contemporâneos, nas áreas da Sociologia, Política, Antropologia, Geografia e Urbanismo, têm refletido sobre o poder local e as políticas públicas de formação de identidades socioculturais, ou sobre o *habitat* como totalidade sistêmica, no tratamento das questões do desenvolvimento local. Além disso, estão surgindo novas organizações de caráter não-governamental, especialmente voltadas para a inovação social, ou seja, para a idealização de novos desenhos de políticas e modelos socioprodutivos que se realizam em comunidades locais.

Finalmente, aponta Beck (1997), hoje já se fala em uma outra visão de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, cujo conceito é mais amplo, pois engloba basicamente todas as visões dos que negam e dos que aceitam o padrão de desenvolvimento atual. Partindo de evidências a respeito dos limites socioambientais dos padrões atuais de produção e consumo, situa-se, neste último campo, a chamada vertente sustentabilista, para a qual o local atua como elemento de transformação sociopolítica e econômica, representando o *locus* privilegiado das novas formas de solidariedade e parceria entre os

atores, em que a competição cede espaço à cooperação:

O local representa, nesse contexto, uma fronteira experimental para o exercício de novas práticas e para o estabelecimento de novas redes sociais fundadas em novas territorialidades, ante as exigências decorrentes de problemas globais, cujo enfrentamento depende, em grande medida, de intervenções que se realizam em nível local, que se constitui, assim, em espaço de articulação – ou de síntese – entre o moderno e o tradicional, sinalizando a possibilidade de gestarem-se, a partir das sinergias produzidas por essas interações, soluções inovadoras para muitos dos problemas da sociedade contemporânea. (ALBAGLI, 1998, *apud* FRANCO, 1999:6)

O relevante aqui é que, em todos os pontos de vista mencionados, existem razões para falar em desenvolvimento local, sobretudo numa época de globalização. Ressalte-se que a globalização é intrínseca à natureza do capitalismo desde a sua origem no século XV e que a peculiaridade da atual etapa é a sua aceleração, baseada na inovação tecnológica e organizativa, lado a lado com as reformas neoliberais e os ajustes em ambos os hemisférios.

Embora pareça que o modelo de desenvolvimento estabelecido pela globalização – definido como “modelo informacional de desenvolvimento” (CASTELLS, 2000, *apud* CORAGGIO, 2000:84) – não precisará por muito tempo opor-se, por razões econômicas, a essas tendências intrínsecas à polarização e à exclusão social, dois limites provenientes de esferas não necessariamente econômicas podem interpor-se à sua dinâmica, como acentua Coraggio (2000:84):

1- *os desequilíbrios ecológicos*, desencadeados na transição entre os modelos industrialista e informacional de desenvolvimento preconizado pela globalização, que podem pôr em risco não somente a sustentação da economia mundial, como também a própria espécie humana.

2- *a intensificação dos desequilíbrios sociais*, que corroem a estabilidade política necessária para que a nova economia se consolide em escala global.

No que se refere ao segundo tópico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) revelou o aspecto sociopolítico da competitividade sustentável:

As formas predatórias de exploração econômica são cada dia menos viáveis. Na ausência de uma norma básica de equidade, o tecido social se ressentido e a intolerância política prospera, gerando um clima adverso ao investimento. Em cenários poucos equitativos e com baixas expectativas existem grandes possibilidades de que as pressões sociais se tornem intoleráveis e forcem a utilização de alta densidade de intervenções e regulamentações para restabelecer o equilíbrio, gerando situações e ambientes de instabilidade e de desconfiança pública. Deste ponto de vista, a equidade do sistema sociopolítico condiciona indiretamente a eficiência dos mercados. Ou seja, a própria lógica de uma economia aberta sugere que a reforma social, assim concebida, é antes uma condição essencial da eficiência e viabilidade da economia que uma consequência da mesma. (BID, PNUD, 1993)

Nesse contexto, as novas políticas sociais se caracterizam pela expressão ‘para todos’: saúde, água, saneamento e educação para todos; não inclui, no entanto, emprego e renda para todos, o que, na lógica do capital, faz com que esta expressão signifique degradar o conceito intrínseco de saúde, educação ou saneamento. A educação, por exemplo, passa a ser analisada com critérios próprios do mercado e a escola é comparada a uma empresa (TOMMASI, 2000). Torna-se evidente que a lógica fundamentada no mercado – que é a contemplada pela globalização – não aponta para soluções que impliquem realmente o desenvolvimento da qualidade de vida dos seres humanos e do próprio planeta. Há uma agravante quando se analisam as propostas políticas do Banco Mundial, essencialmente formuladas por economistas, para serem executadas por educadores: o discurso econômico *versus* o pedagógico. É por essa razão que a comunidade acadêmica grita por um novo pensamento que contemple a educação para a cidadania, para a solidariedade.

Considerações finais

A indagação que ocupa tantas mentes hoje é, sem dúvida, a respeito do futuro do planeta. Na rota de um novo milênio, ainda nos sentimos ameaçados pela guerra, situada em um nível mais profundo e englobante. Por certo, já vivemos uma guerra, embora ela não se dê pelo uso de canhões, armas químicas ou biológicas; trata-se, isto sim, de uma guerra planetária conduzida e idealizada por organismos multilaterais, empresas multinacionais e burocracia internacional. Esse processo se dá de maneira perversa, empobrecendo e aleijando povos, e conduzindo, de um lado, uma maioria a uma situação de miséria absoluta, e, de outro, uma minoria a uma vida de opulência. Tal

desequilíbrio nos põe diante de um fosso entre a realidade e nossa capacidade de compreendê-la. De fato, reconhecemos que estamos sendo desafiados por novas realidades, novas representações, novos mecanismos de mediação, o que nos leva à questão da busca de sentido desses processos.

Para tanto, na tentativa de concluir o que não tem elementos suficientes para uma conclusão, remetemos a uma fala de Paulo Freire (*apud* DOWBOR, 1997: 251):

Nada é possível ser feito contra a globalização que, realizada porque tenha que ser realizada, tem que continuar sem destino porque assim está misteriosamente escrito que deve ser. A globalização que reforça o mando das minorias poderosas, esmigalha e pulveriza a presença importante dos dependentes, fazendo-os ainda mais importantes, é destino certo. Em face dela, não há outra saída senão cada um baixar a cabeça e agradecer a Deus porque ainda está vivo. Agradecer a Deus ou à própria globalização.

Para compreender a realidade complexa que envolve as relações humanas, no complexo mundo globalizado, recorreremos à Antropologia, sob o olhar de Linton (2000: 92): “Na vida humana, a sociedade mais que o indivíduo, tornou-se a unidade principal na luta pela existência”. Isto significa que “A conquista da sociedade será o maior triunfo da carreira humana. A seu lado, até mesmo a conquista do espaço interplanetário se tornará insignificante”. (*op.cit.*: 462)

Dada a complexidade da teia de relações sociais que constitui a dimensão planetária, caracterizada pela globalização, buscamos apoio em Lévy (2001:188):

O desenvolvimento da inteligência coletiva da humanidade é um

ascensão de amor, uma ascensão de interesse pelo mundo, uma ascensão de criatividade que faz expandir e multiplicar a inteligência das formas em todas as dimensões da cultura, da natureza, do real e do virtual. (...) a humanidade logo irá perceber que quanto mais ela amar a si mesma, mais ela evitará as guerras, os conflitos, as violências, as agressões, as obsessões, a ignorância, os preconceitos e a estreiteza do espírito, mais formas ela perceberá.

Diante de tal quadro, conclui-se que o fenômeno globalização merece estudos mais profundos. Fizemos algumas generalizações, mas deixamos de apresentar quaisquer leis nitidamente formuladas. Isso porque este fenômeno apresenta facetas, interpretações e conseqüências diversas; entretanto, existem evidências de que há ‘globalizador’ e ‘globalizado’ e que as relações sociais nesse mundo são conflitantes, problemáticas, excludentes, massacrantes e, por conseguinte, não constituem fator de elevação de qualidade de vida do ser humano, pelo menos para a grande maioria da população mundial. Como conseqüência, a liberdade e a cooperação são bloqueadas, cedendo espaço à dominação e à competição extremada, desigual e desumana. Percebe-se ainda que a globalização submete homens e mulheres a um processo de desumanização e que, por conta disso, é preciso imaginar uma sociedade alternativa.

Diante da dimensão e inevitabilidade desse fenômeno, é preciso discutir, numa perspectiva ontológica, a ética da solidariedade. Nesse sentido, a educação deve contribuir para formar uma consciência humana dotada de esperança, que carregue em si a força irradiante de uma ética universal superior.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educacionais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BALANCO, Paulo. As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/globalization/>>. Acesso em agosto de 2000.

BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo - Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Robert, WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Desigualdade e a Questão Social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CORAGGIO, José Luís. Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Lívia T.; WARDE, Miriam J.; HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Edimilson. Para onde vai o Capitalismo? Notas sobre a globalização neoliberal e a nova fase do imperialismo. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/globalization/>>. Acesso em agosto de 2000.

DOWBOR, Ladislau.; IANNI, Otávio; EDGAR, Paulo. (org.) *Desafios da Globalização*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalidade Pós-Moderno*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina - O debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2000.

LÉVY, Pierre. *A Conexão Planetária – O mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

LINTON, Ralph. *O homem – Uma introdução à antropologia*. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SEQUEIROS, Leandro. *Educar para a Solidariedade - Projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.